
CONSTITUIÇÃO DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

VIVIANE C. VIEIRA SEBBA RAMALHO*

RESUMO

Neste trabalho, pretendo realizar uma reflexão teórico-metodológica sobre a Análise de Discurso Crítica (ADC). O objetivo é discutir a inserção da ADC nos estudos lingüísticos, assim como discutir a elaboração teórico-metodológica da ADC proposta por Fairclough (*Language and power*, 1989; *Discourse and social change*, 1992; *Analysing discourse: textual analysis for social research*, 2003) e Chouliaraki & Fairclough (*Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*, 1999).

PALAVRAS-CHAVE: Análise de discurso crítica, prática social, discurso, significados do discurso, ideologia.

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho busco apresentar brevemente um possível trajeto teórico-metodológico percorrido pela Análise de Discurso Crítica (ADC), de vertente faircloughana (FAIRCLOUGH, 1989, 2001[1992], 2003a; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Correndo o risco de ser reducionista em virtude da brevidade que se impõe, tal trajeto inicia-se com estudos de Bakhtin (2002[1929], 1997[1953]) e Foucault (2003[1971], 1977) e culmina no quadro teórico-metodológico mais recente da ADC de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003a).

Na primeira seção, abordo alguns aspectos dos estudos de Bakhtin (1997, 2002) e Foucault (1997, 2003) que levantaram discussões sobre o

* Doutoranda em Lingüística pela Universidade de Brasília.
E-mail: vivi@unb.br

vínculo entre linguagem e poder. O primeiro é apresentado não só como crítico pioneiro do objetivismo abstrato de Saussure, mas também como fundador da *teoria semiótica de ideologia*, bem como da noção de *dialogismo* na linguagem. A respeito de Foucault (1997, 2003), discuto, sobretudo, duas noções apresentadas pelo autor: a de *interdependência entre práticas discursivas* e a do *aspecto constitutivo do discurso*.

Na segunda seção, discuto pontos da primeira proposta teórico-metodológica da ADC de Fairclough, apresentada em *Language and power* (FAIRCLOUGH, 1989) e em *Discurso e mudança social* (FAIRCLOUGH, 2001).¹ Na terceira seção, além de abordar aspectos da proposta teórico-metodológica mais recente da ADC, apresentadas em *Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse Analysis* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) e em *Analyzing discourse: textual analysis for social research* (FAIRCLOUGH, 2003a), procuro realizar uma aproximação entre tais propostas.

1 LINGUAGEM E PODER: INFLUÊNCIAS SOBRE A ADC

A ADC é, por princípio, uma abordagem transdisciplinar. Isso significa que não somente aplica outras teorias, mas, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias com vistas à abordagem sociodiscursiva. Assim sendo, a ADC provém da operacionalização de diversos estudos, dentre os quais, com base em Fairclough (2001), destacamos os de Foucault (1977, 2003[1971]) e Bakhtin (2002[1929]; 1997[1953]), cujas perspectivas vincularam discurso e poder e exerceram influência sobre a ADC.

Bakhtin (2002, 1997) é fundador da primeira teoria semiótica de ideologia, da noção de dialogismo na linguagem e precursor da crítica ao objetivismo abstrato de Saussure (1981[1916]). Em seus ensaios filosóficos sobre a linguagem, sustenta que a “verdadeira substância da língua” não repousa na interioridade dos sistemas lingüísticos, mas no processo social da *interação verbal* (BAKHTIN, 2002, p. 123).² Seguindo

preceitos do materialismo histórico, essa filosofia apresenta a *enun-
ciação* como realidade da linguagem e como estrutura socioideológica,
de sorte que prioriza não só a *atividade* da linguagem, mas também sua
relação indissolúvel com seus usuários.

Bakhtin (2002) defende que as leis do *objetivismo abstrato*,
orientação do pensamento filosófico-lingüístico da proposta saussuriana,
incorrem no equívoco de separar a língua de seu conteúdo ideológico,
por postularem que as únicas articulações a que os signos lingüísticos se
submetem ocorreriam, estritamente, entre eles próprios, no interior de
um sistema fechado. Com vistas à superação de tal equívoco, Bakhtin
apresenta o meio social como o centro organizador da atividade lingüística,
refutando a identidade do signo como mero sinal, desvencilhado do
contexto histórico:

O elemento que torna a forma lingüística um signo não é sua
identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma
forma que aquilo que constitui a decodificação da forma lingüística
não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra em
seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é
conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma
orientação no sentido da evolução e não do imobilismo. (BAKHTIN,
2002, p. 94)

Na filosofia marxista da linguagem, o signo é visto como um
fragmento material da realidade, que a refrata, representando-a e
constituindo-a de formas particulares de modo a instaurar, sustentar ou
superar formas de dominação.³ Ao contrário da filosofia idealista e da
psicologia, que localizam a ideologia na consciência, o Marxismo a localiza
no signo, dado que a própria consciência só pode existir mediante sua
materialização em signos criados no processo de interação social:

Desde o começo, pesa uma maldição sobre o “espírito”, a de ser
“maculado” pela matéria que se apresenta aqui em forma de camadas
de ar agitadas, de sons, em resumo, em forma de linguagem. A

linguagem [...] é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com outros homens. [...] A consciência é portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens. (MARX; ENGELS, 2002[1846], p. 24-25)

De maneira seminal, abordava-se a luta de interesses sociais antagônicos no nível do signo. O potencial móvel e evolutivo do signo, bem como o que faz dele um instrumento de refração da realidade, foi apresentado como causa e efeito de confrontos sociais. De acordo com a tradição marxista de primazia da luta de classes, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis e universalmente válidos:⁴

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente [...] Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta. (BAKHTIN, 2002, p. 47)

Além da concepção de linguagem como modo de interação e produção social, o enfoque discursivo-interacionista de Bakhtin apresenta conceitos que se tornariam, mais tarde, basilares para a ADC, a exemplo de *gêneros discursivos* e *dialogismo*.

Em *Estética da criação verbal* (BAKHTIN, 1997), o autor sustenta que a diversidade infinita de produções da linguagem na interação social só não constitui um todo caótico porque cada esfera de utilização da língua, de acordo com suas funções e condições específicas, elabora gêneros, ou seja, “tipos de enunciados relativamente estáveis” do ponto de vista temático, composicional e estilístico, que refletem a esfera social em que são gerados (BAKHTIN, 1997, p. 284).

A perspectiva interacional superou o reconhecimento, até então defendido pela Lingüística, de dois parceiros da comunicação: o locutor, ativo, e o ouvinte, passivo. Em oposição a tal percepção estática da interação verbal, Bakhtin apresenta uma visão dialógica e polifônica da linguagem, segundo a qual mesmo os discursos aparentemente não-dialógicos, como textos escritos, sempre são parte de uma cadeia dialógica, na qual respondem a discursos anteriores e antecipam discursos posteriores de variadas formas. A interação é, antes, uma operação polifônica, que retoma vozes anteriores e posteriores da cadeia de interações verbais, e não só uma operação entre as vozes do locutor e do ouvinte: “cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte” (BAKHTIN, 1997, p. 290-291).

Essa noção de várias vozes que se articulam e debatem na interação é crucial para a abordagem da *linguagem como espaço de luta hegemônica*, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas lingüísticas e a articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades. O princípio da linguagem como espaço de luta hegemônica também é desenvolvido nos trabalhos de Foucault. Entre noções foucaultianas, importam para a ADC, sobretudo, o *aspecto constitutivo do discurso*, a *interdependência das práticas discursivas*, a *natureza discursiva do poder*, a *natureza política do discurso* e a *natureza discursiva da mudança social*.

Foucault (2003, p. 10) destaca a face constitutiva do discurso. Concebe a linguagem como uma prática que constitui o social, os objetos e os sujeitos sociais. Para o filósofo, analisar discursos corresponde a especificar, sócio-historicamente, formações discursivas interdependentes, bem como sistemas de regras que possibilitam a ocorrência de certos enunciados em determinados tempos, lugares e instituições:

toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias de controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das

quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais. (FOUCAULT, 2003, p. 66)

Da idéia de regulação social sobre “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada” (MAINGUENEAU, 1997, p. 22), que traz à tona tanto relações interdiscursivas quanto relações entre o discursivo e o não-discursivo, origina-se o conceito fundamental para a ADC de *ordem de discurso*: a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas (FAIRCLOUGH, 1989, p. 29).

Em *Vigiar e punir* (1997), Foucault discute o conjunto das práticas discursivas disciplinadoras de escolas, prisões e hospitais. Defende que essas instituições utilizam técnicas de natureza discursiva, que dispensam o uso da força, para “adestrar” e “fabricar” indivíduos ajustados às necessidades do poder. Ao sugerir que o poder, na sociedade moderna, é exercido por meio de práticas discursivas institucionalizadas, Foucault contribui, por um lado, para o estabelecimento do vínculo entre discurso e poder, e, por outro, para a noção de que mudanças em práticas discursivas, a exemplo do aprimoramento das técnicas de vigilância, são um indicativo de mudança social.

Muito embora reconheça em Foucault grandes contribuições para a ADC, Fairclough (2001) destaca duas lacunas de que a ADC precisaria se ocupar transdisciplinarmente. Primeiro, a visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, que vê a ação humana unilateralmente restringida pela estrutura da sociedade disciplinar, e, segundo, a falta de análise empírica de textos.

Para atender aos propósitos da ADC, cujo foco repousa na variabilidade e mudança, bem como na luta social travada no discurso, Fairclough (2001; 2003a) e Chouliaraki e Fairclough (1999) operacionalizam a teoria foucaultiana, bem como várias outras, a fim de aprimorar a concepção de linguagem como parte irredutível da vida social.

2 CONSTITUIÇÃO DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

A ADC consolidou-se no início da década de 1990 quando Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak reuniram-se em um simpósio realizado, em janeiro de 1991, em Amsterdã (WODAK, 2003, p. 21). Embora haja diferentes abordagens de análises críticas da linguagem, o expoente da ADC é reconhecido em Norman Fairclough. Em *Language and power* (1989) e *Discourse and social change* (2001[1992]), o autor apresenta uma concepção de linguagem como forma de prática social atrelada às noções de poder e ideologia que se aproxima do enfoque discursivo-interacionista de Bakhtin (1997, 2002).

No início da década de 1990, essa abordagem da ADC começava a se constituir como uma ciência crítica sobre a linguagem⁵ que visava contribuir para a conscientização sobre efeitos sociais de textos, assim como para mudanças sociais que superassem relações assimétricas de poder, parcialmente sustentadas pela semiose:

A ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível. Se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85)

Essa idéia encontra inspiração na postulação de que “*nas condições habituais da vida social*, esta contradição oculta [a luta pelo poder] em todo signo ideológico não se mostra à descoberta” (BAKHTIN, 2002, p. 47. Grifo meu), e pode se tornar senso comum e servir à instauração, sustentação ou transformação de relações assimétricas de poder. Os analistas críticos do discurso acreditam que a desconstrução ideológica de textos que integram práticas sociais pode intervir de algum modo na sociedade a fim de desvelar e superar relações de dominação. Fairclough (2001, p. 28) explica que a abordagem “crítica” implica, por

um lado, mostrar conexões e causas que estão ocultas e, por outro, implica intervenção social a fim de produzir mudanças que favoreçam aqueles que possam se encontrar em desvantagem.

Em *Discourse and social change*, Fairclough (2001, p. 89) propõe reunir a *análise de discurso lingüisticamente orientada* e a *teoria social* na composição de um quadro teórico adequado ao estudo das mudanças sociais. A concepção da ADC de linguagem como uma prática de representação de aspectos do mundo e de ação sobre o mundo e sobre os outros, bem como o enfoque na mudança, na ação individual e na transformação social, exigiram uma reformulação das contribuições teóricas de Foucault. A análise textual passa a figurar como parte da análise do discurso e a relação determinista da estrutura social sobre a ação individual é substituída por um enfoque dialético, que considera o discurso um elemento constituinte do social, mas também constituído por ele.

Para evitar determinismos sociológicos ou textuais, Fairclough (2001) propõe uma abordagem teórico-metodológica tridimensional, que reúne três tradições analíticas que vinham sendo trabalhadas separadamente. Primeiro, para compor a dimensão do discurso como prática social, lança mão da tradição interpretativa ou microsociológica, que considera *prática social* como aquilo que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em sentidos comuns compartilhados. Segundo, a fim de compor a dimensão do discurso como prática discursiva, recorre à tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais. E, terceiro, para a abordagem do discurso como texto, vale-se da tradição das análises textual e lingüística detalhadas.

A dimensão do discurso como prática social relaciona-se ao conceito de hegemonia, discutido a seguir, e trata de questões de interesse da análise social, a exemplo de características institucionais e organizacionais de eventos discursivos e maneiras como tais características moldam práticas discursivas. A prática discursiva é a dimensão do uso da linguagem que envolve os processos sociocognitivos de produção, distribuição e consumo de textos. O conceito de intertextualidade – “a

propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114) – viabiliza a compreensão de práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas.

Na dimensão textual, considera-se que o texto internaliza traços das práticas discursiva e social e, por meio da análise lingüística de quatro categorias principais – vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual –, identificam-se e interpretam-se relações sociais e possíveis estruturas ideológicas no discurso. A análise textual baseia-se nos fundamentos da Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY, 1985), segundo os quais todo discurso desempenha três metafunções simultâneas, inerentes a qualquer discurso: a ideacional, a interpessoal e a textual.

A metafunção ideacional contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença, por meio da representação particular do mundo. A metafunção interpessoal contribui para a constituição de relações sociais, e a função textual diz respeito à maneira como as informações são organizadas e relacionadas no texto. Assim sendo, as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que são também escolhas sobre o significado (e a construção, manutenção ou subversão) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104).

Primeiro, a abordagem tridimensional evita o determinismo sociológico ou textual da análise. Em segundo lugar, a concepção dialética de poder como luta hegemônica resolve a dificuldade de a ADC trabalhar com a visão determinista e pessimista, segundo a qual os sujeitos são formados unilateralmente por estruturas sociais fixas, tornando-se, portanto, incapazes de agir e intervir em práticas cristalizadas de ação.

Na concepção de Gramsci (1988, 1995 [1955]), o poder de uma das classes, em aliança com outras forças sociais, sobre a sociedade como um todo, nunca é atingido senão parcial e temporariamente na luta hegemônica. Belligni define hegemonia como

a *capacidade* de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, *constitui-se* em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país. (BELLIGNI, 2002, p. 579. Grifo meu)

A despeito de Belligni sustentar que este é o significado que se depreende da teoria da hegemonia de Gramsci, não parece muito apropriado falar em *capacidade* de direção e em *constituir-se* em classe dirigente. Hegemonia é um conceito que sugere processo e luta articulatória com pressões e limites específicos mutáveis. Envolve mais articulação e aliança entre forças sociais do que *capacidade*, e implica, ao contrário de *constituição* em caráter definitivo, a necessidade de ser continuamente renovada, recriada, defendida e sustentada.

Para um grupo manter-se temporariamente em posição hegemônica, portanto, é necessário estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, por meio da difusão de uma visão de mundo particular para o tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse de um grupo em aliança com o da sociedade em geral (EAGLETON, 1997, p. 108). A esfera responsável por essa difusão ideológica é a sociedade civil, no âmbito da qual “classes” buscam ganhar aliados para os seus projetos por meio da manutenção da direção e do consenso.⁶ Dessa forma, parece mais apropriado falar em *direção* em vez de *dominação* hegemônica. Segundo Eagleton (1997, p. 105), há distintas maneiras de se instaurar e manter a hegemonia. A ideologia é *uma* maneira de assegurar o consentimento por meio de lutas de poder levadas a cabo no nível do discurso.

O conceito de ideologia da ADC provém dos estudos de Thompson (2002), em cuja teoria social crítica, o conceito de ideologia é inerentemente negativo. Concepções neutras de ideologia tentam caracterizar fenômenos ideológicos sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios ou ligados a interesses de algum grupo em particular. A concepção crítica, por sua vez, sustenta que a

ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.

Assim sendo, formas simbólicas⁷ são ideológicas somente quando servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder. Thompson (2000, p. 81-89) apresenta cinco modos gerais pelos quais a ideologia pode operar simbolicamente para instaurar e sustentar relações de dominação, a saber: *legitimação*, que estabelece e sustenta relações de dominação pelo fato de serem apresentadas como justas e dignas de apoio; *dissimulação*, que oculta, nega ou obscurece relações de dominação ou as representa de uma maneira que desvia a atenção ou desconsidera relações e processos existentes; *unificação*, que constrói simbolicamente uma forma de unidade que interliga indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das divisões que possam separá-los; *fragmentação*, que segmenta grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio aos grupos dominantes ou dirige forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador; e *reificação*, que consiste na representação de uma situação transitória, histórica, como uma situação permanente, natural e atemporal.

Dessa maneira, é possível levantar pelo menos dois motivos centrais para a ADC considerar *poder* em termos de *hegemonia*: primeiro, por apontar para a possibilidade de mudança, porque “a hegemonia é um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (GRAMSCI, 1988, p. 423), e, segundo, por considerar o discurso um meio de luta pela obtenção do consenso. Essa concepção de poder baseia-se no princípio dialético segundo o qual o mundo não é um conjunto de coisas acabadas, mas um complexo de processos em articulação e modificação ininterruptas. Novas articulações realizadas por ações de sujeitos podem reestruturar, transformar ou destituir o poder hegemônico vigente na estrutura. A visão estruturalista⁸ de sujeito como um efeito

das formações discursivas dá lugar à posição dialética entre discurso e subjetividade: sujeitos sociais são tanto moldados por práticas discursivas quanto capazes de remodelá-las e reestruturá-las. A dialética entre estrutura e ação permite ver o discurso como ação capaz de constituir o social – o conhecimento, as relações sociais, as identidades – e ser constituído por ele.

A combinação dos conceitos de *intertextualidade* e *hegemonia* provê uma abordagem harmônica para uma teoria dialética do discurso, cujo enfoque recai sobre lutas articulatórias e contradições. O conceito de *intertextualidade* de Bakhtin (1997),⁹ assim como a noção foucaultiana de *ordens de discurso* viabilizam análises sobre a presença, a ausência e a articulação de outras vozes, discursos e gêneros em um texto específico como formas de luta hegemônica. Segundo Fairclough (2001, p. 29), a seleção de textos prévios e tipos de texto que são articulados em um evento discursivo particular e a maneira como são articulados dependem de como o evento se situa em relação a hegemonias e lutas hegemônicas. A articulação de recursos oferecidos pela estrutura social pode ser disciplinadora ou transformadora em relação a lutas pelo poder.

O enfoque teórico-metodológico proposto em *Discourse in Late Modernity* (1999), em parceria com Lilie Chouliaraki, e em *Analysing Discourse* (FAIRCLOUGH, 2003a) amplia a abordagem da dimensão macro e microsociológica do discurso e, conseqüentemente, passa por algumas revisões, que serão discutidas a seguir.

3 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA NA MODERNIDADE TARDIA

O quadro teórico de ADC de 1999/2003 manteve conceitos-chave da proposta de 1992, como *hegemonia*, *dialética entre ação e estrutura*, *ordem de discurso* e *intertextualidade*. Entretanto, a proposta teórico-metodológica mais recente evoca mais enfaticamente o trabalho transdisciplinar com teorias sociais e encontra inspiração no realismo crítico, uma epistemologia contemporânea da ciência social crítica.

Na abordagem mais recente, a ADC assenta-se sobre três bases epistemológicas principais. Primeiro, assenta-se numa visão científica de crítica social; segundo, no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia; e, terceiro, na teoria e na análise lingüística e semiótica.

A visão científica de crítica social justifica-se pelo fato de a ADC ter como objetivo prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e poder (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 15).

O enquadramento no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia é resultado do amplo escopo de aplicação da ADC em pesquisas que, diretamente ou não, contemplam investigações sobre *discurso* em práticas sociais da modernidade tardia, período em que a linguagem ocupa o centro do modo de produção do capitalismo.¹⁰

A teoria e a análise lingüística e semiótica, por sua vez, auxiliam a prática explanatória acerca de constrangimentos sociais sobre o texto, por um lado, e, por outro, acerca de efeitos sociais desencadeados por sentidos de textos.

A proposta de unir as tradições analíticas microssociológica, macrosociológica e da análise textual e lingüística continua a dar contornos ao posicionamento epistemológico da ADC, embora com um aumento significativo do diálogo entre a Lingüística e a Ciência Social Crítica.

A concepção de linguagem como “parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 3) recebe contribuições de Williams (1979, p. 165), para quem “a linguagem [...] não é apenas um meio: é um elemento constitutivo da prática social”, e de Harvey (1996) – citado em Choularaki e Fairclough (1999) – que concebe a constituição da vida social em torno de práticas. O discurso é visto como um elemento inerente a práticas sociais, quer como parte da atividade, quer como representações discursivas sobre ela. Um elemento que constitui outros elementos da vida social, assim como é constituído por eles.

O título do livro de 1999 já sugere uma aproximação maior entre a Lingüística e a Ciência Social. A localização da abordagem de discurso na modernidade tardia aproxima-se do tema característico das ciências sociais: “ações humanas historicamente constituídas” (GIDDENS, 2001, p. 15). Por isso, a ADC, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 114), deve ser entendida como um princípio recontextualizante que traz consigo outras práticas teóricas sob uma perspectiva dialética. Categorias de teorias sociológicas são operacionalizadas pela ADC, o que implica antes superação de fronteiras teórico-metodológicas e transformação de outras teorias do que simplesmente aplicação de outras teorias no trabalho de desconstrução de sentidos que podem produzir ou sustentar relações de dominação.

A orientação para a possibilidade de mudança encontra apoio na operacionalização de conceitos oriundos da Ciência Social Crítica, como os de *prática social* (inspirado na filosofia marxista da *práxis*) e *internalização* (HARVEY, 1996); *articulação* (LACLAU; MOUFFE, 2004) e *hegemonia* (GRAMSCI, 1988, 1995), assim como na epistemologia do realismo crítico, cujo expoente é reconhecido no filósofo contemporâneo Bhaskar (1989).

O realismo crítico considera a vida (social e natural) um sistema aberto, constituído por várias dimensões – física, química, biológica, psicológica, econômica, social, semiótica –, dotadas de estruturas distintivas, mecanismos particulares e poder gerativo. Na produção da vida social ou natural, a operação de qualquer mecanismo é mediada pelos outros, de tal forma que nunca se excluem ou se reduzem um ao outro.

Com base na perspectiva epistemológica do realismo crítico e no conceito de práticas sociais, proveniente do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996), a abordagem de 1999/2003 de ADC reconhece a vida social constituída em torno de práticas. Práticas são maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, por meio das quais pessoas aplicam recursos materiais ou simbólicos para interagirem.

Toda prática social articula diferentes elementos da vida – ação e interação, relações sociais, pessoas (e suas crenças, valores, atitudes,

histórias etc.), mundo material e discurso (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 205). Quando esses *elementos* se reúnem, tornam-se *momentos* da prática, cada qual com suas estruturas distintivas, seus mecanismos particulares e seu poder gerativo, que se relacionam dialeticamente sem se reduzirem um ao outro. Esse encontro dialético irreduzível entre os momentos da prática ocorre pela *internalização* e pela *articulação*, que asseguram que a estrutura social hegemônica seja um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 25).

Articulação refere-se a toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos que resulta na modificação da identidade de tais elementos (LACLAU; MOUFFE, 2004, p. 142), o que implica que todos os elementos (não-discursivos e discursivos) da prática social entram continuamente em relações mutáveis uns com os outros. O discurso tem, portanto, sua própria força gerativa e, por meio de articulações, *internaliza* traços de elementos da prática social: elementos de relações sociais, de crenças das pessoas envolvidas direta ou indiretamente na prática particular, e do mundo material em que se desenvolve a ação. Da mesma forma, os demais elementos da prática social articulam-se com o discurso e sofrem modificações decorrentes de tal contato.

Sendo assim, o discurso é *um momento* da prática social, ligado dialeticamente com outros momentos igualmente importantes para a constituição da sociedade. Logo, uma abordagem teórico-metodológica comprometida com a visão de linguagem como prática social deve contemplar investigações sobre todos esses momentos em relação dialética. Seguindo Bhaskar (1989, p. 12), a abordagem recente de ADC sustenta que, em virtude da estratificação da realidade, a atividade científica deve estar comprometida em revelar níveis mais profundos, entidades, estruturas e mecanismos visíveis ou invisíveis que existem e operam no mundo.

A exemplo das relações articulatórias internas entre os *momentos* de práticas sociais, existem também relações de articulação

externas entre *práticas*. Nesse nível, articulações resultam na configuração de conjunturas, ou seja, na formação de redes de práticas relativamente estáveis. O foco em conjunturas transcende a oposição entre ciência social *interpretativista* e *estruturalista* em favor do que Bourdieu e Wacquant – citados em Choularaki e Fairclough (1999, p. 11) – chamaram de *estruturalismo-construtivista*: uma maneira de ver e pesquisar a vida social como constrangida pelas estruturas sociais e, ao mesmo tempo, como um processo ativo de produção que transforma estruturas sociais.

Essa perspectiva faculta a abordagem dialética entre discurso e outros momentos de práticas sociais, segundo o princípio constitutivo do discurso, assim como viabiliza o projeto gramsciano da possibilidade de mudança social decorrente do caráter relativo das permanências, uma vez que as articulações de práticas sociais em diversos níveis podem determinar a reprodução ou a transformação de conjunturas. Na rearticulação dos momentos das práticas, arranjos persistentes e cristalizados em normas de ação, que respondem pela permanência e reprodução da organização social, são freqüentemente colocados em risco pelo elemento ativo da ação individual.

Ainda em se tratando de níveis mais profundos, entidades, estruturas e mecanismos visíveis ou invisíveis, que existem e operam no mundo – além das relações articulatórias entre momentos de práticas particulares, por um lado, e entre práticas constituídas em rede, por outro – há mais um nível que merece consideração. Nesse nível, os próprios recursos internos de um momento específico da prática social articulam-se dialeticamente. Esse último nível é particularmente importante para a ADC, porque os traços de movimentos articulatórios entre o momento semiótico e os demais momentos de (redes de) práticas sociais são internalizados por momentos internos do discurso, ou seja, são internalizados em forma de gêneros, discursos e estilos. A abordagem teórico-metodológica de 1999/2003 prioriza a análise dos recursos internos do momento semiótico no processo de articulação entre os vários momentos

interdependentes da *práxis* social. Esses recursos são apresentados em Fairclough (2003a) como *principais tipos de significado do discurso*.

3.1 *Revisões na proposta de análise textual*

A ADC sempre teve a LSF (HALLIDAY, 1985) como principal recurso para a análise textual. A abordagem funcionalista da Lingüística preocupa-se com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social e frisa a importância do papel do contexto social na compreensão da natureza das línguas (NEVES, 1997, p. 41). A língua é vista como instrumento de interação social, que existe em função de seu uso na interação humana (HALLIDAY, 1985, p. xxviii-xxix). Uma gramática funcional é uma gramática natural, porque pode ser explicada pela referência ao modo como a língua é usada. Sendo assim, seu objeto de estudo são os *usos* da língua, responsáveis pela forma e pela transformação do sistema.

Para a LSF toda sentença em um texto é vista como produção semiótica (função textual) que constrói o mundo (função ideacional) ao mesmo tempo em que estabelece relações sociais entre seus produtores e outros atores que ocupam este mundo (função relacional). Sendo assim, o social é trazido para o tecido gramatical da linguagem. Os demais momentos de (redes de) práticas sociais são internalizados pela linguagem, de modo que a constituição semiótica do social e pelo social está constantemente em questão na análise lingüística.

A LSF, assim como outras teorias a que a ADC recorre, tendem a ser operacionalizadas de maneira transdisciplinar. A macrofunção interpessoal, por exemplo, foi subdividida em identitária e relacional, porque, segundo Fairclough (2001, p. 91-176), a questão da identidade é um aspecto discursivo de mudança cultural e social muito importante, que tem sido negligenciado. O enfoque sobre práticas sociais na abordagem de 1999/2003 também resulta numa operacionalização da abordagem multifuncional da linguagem.

A ADC continua a apoiar-se no princípio de que textos desempenham simultaneamente as funções ideacional, interpessoal e textual, no entanto, propõe-se uma abordagem baseada na relação do texto com o evento, com o mundo físico e social e com as pessoas envolvidas no texto, ou seja, uma abordagem mais próxima da noção de prática social. O texto é visto segundo os *principais tipos de significado do discurso*, a saber: *significado acional*, *significado representacional* e *significado identificacional*. O significado acional aproxima-se da função interpessoal de Halliday (1985) e incorpora a função textual. O significado representacional corresponde à função ideacional e o significado identificacional, por sua vez, incorpora traços da função interpessoal da LSF (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 27).

Esses significados correspondem às principais maneiras como o discurso figura em práticas sociais – como modos de agir, modos de representar e modos de ser – bem como aos elementos que compõem ordens de discurso: gêneros, discursos, estilos. Gêneros constituem “o tipo de linguagem ligado a uma atividade social particular”. Discursos são “o tipo de linguagem usado para construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular”, e estilos (ou vozes, segundo o termo original usado no livro), o “tipo de linguagem usado por uma categoria particular de pessoas, relacionado com sua identidade” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 63).

Fairclough (2003a) explica que, por meio da fala e da escrita, agimos e interagimos, logo, o discurso figura primeiro como parte da *ação* em práticas sociais. Diferentes gêneros correspondem, então, a diferentes modos de (inter)agir discursivamente. Em segundo lugar, o discurso figura em práticas sociais como *representação* do mundo material, de outras práticas sociais ou mesmo como representações auto-reflexivas da própria prática particular. Tais representações se realizam em discursos que variam conforme diferentes perspectivas ou posições dos sujeitos em práticas sociais. Em terceiro lugar, o discurso figura como *identificação* em práticas sociais, ou seja, na constituição de modos particulares de ser, que se relacionam a estilo.

Embora os três aspectos do significado sejam apresentados separadamente para fins analíticos e, de certa forma, sejam diferentes, eles são dialeticamente relacionados, ou seja, cada um internaliza os outros: representações (discursos) particulares podem ser legitimadas em maneiras particulares de ação (gêneros) e impostas em maneiras particulares de identificação (estilos), por exemplo.

Dessa forma, cada campo social,¹¹ de acordo com o capital de que dispõe, possui maneiras particulares relativamente estáveis de agir, representar e identificar semioticamente, que resultam em ordens de discurso, ou seja, na “articulação socialmente estruturada de práticas discursivas que constitui a faceta discursiva da ordem social de um campo social” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 114). A maneira como um campo (e sua ordem de discurso) se posiciona em relação a outros em textos expressa as maneiras como tal campo se situa em relação a lutas hegemônicas em termos de causa e efeito.

Como elementos de eventos sociais, textos têm causas que os moldam – de um lado, estruturas e práticas sociais; de outro, agentes sociais – e também têm efeitos. Sentidos de textos podem acarretar mudanças em crenças, atitudes, valores, conhecimentos, ações, relações sociais, no mundo material, dentre outros. No entanto, somente por meio de investigações cuidadosas que vinculam linguagem e sociedade é possível atribuir efeitos a textos. A análise textual isoladamente não provê meios suficientes para se ter acesso a efeitos ideológicos de textos na sustentação ou transformação de ideologias.

Para acessar esses efeitos, a ADC funda-se em três focos analíticos, cada qual com sua prática teórica respectiva. Primeiro, no foco analítico da interação comunicativa textualmente orientada. Segundo, na análise interdiscursiva, que visa identificar recursos discursivos (gêneros, discursos, estilos) utilizados na interação, mapeando-os em ordens do discurso. Terceiro, na análise socialmente orientada de estruturas sociais e práticas socioculturais das quais a interação é uma faceta (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 113).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta discussão, procurei apresentar brevemente alguns trabalhos que influenciaram a formação da ADC como teoria e método para análise de discursos. Em seguida, não só busquei apontar aspectos das propostas teórico-metodológicas de 1989/1992 e de 1999/2003, mas também tentei fazer uma aproximação entre tais propostas. O que vimos foi uma intensificação do diálogo entre a ADC e as teorias sociais, o que contribuiu com o refinamento da perspectiva que considera a linguagem como prática social.

A proposta recente apresenta de maneira mais consistente o princípio da linguagem como um elemento constitutivo da realidade social e constituído por ela. Por um lado, a linguagem colabora com a manutenção ou com a transformação de práticas sociais e, por outro, incorpora traços de tais práticas. Assim, sentidos de textos são vistos como recursos potenciais que apontam tanto para a mudança quanto para a preservação de relações assimétricas de poder.

CONSTITUTION OF CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL JOURNEY

ABSTRACT

In this work I intend to carry out a theoretical-methodological reflection on the Critical Discourse Analysis (CDA). The goal here is to discuss the insertion of the CDA in the linguistic studies and the theoretical-methodological elaboration of CDA proposed by Fairclough (*Language and power*, 1989; *Discourse and social change*, 1992; *Analysing discourse: textual analysis for social research*, 2003) and Chouliaraki & Fairclough (*Discourse in Late Modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*, 1999).

KEY WORDS: Critical discourse analysis, social practices, discourse, discourse meanings, ideology.

NOTAS

1. Neste trabalho, faço referências à versão traduzida de *Discourse and social change* (1992), organizada pela Profa. Izabel Magalhães e publicada pela Editora da Universidade de Brasília.
2. Eagleton (1997, p. 172) reconhece no autor de *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929) o pai da análise do discurso, “ciência que acompanha o jogo social do poder no âmbito da própria linguagem”.
3. Noção que pode ser claramente encontrada na concepção da ADC de discurso como representação: “A representação é uma questão claramente discursiva e é possível distinguir diferentes discursos, que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 25).
4. O conceito de ideologia adotado pela ADC: “Ideologias são construções de práticas a partir de perspectivas particulares que suprimem contradições, antagonismos, dilemas em direção a seus interesses e projetos de dominação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26).
5. A partir de agora, estou utilizando conceitos da ADC para definir os termos linguagem, texto e discurso. Em poucas palavras, linguagem e discurso (ou semiose), numa perspectiva mais abstrata, designam o momento irreduzível da prática social de representação de aspectos do mundo e de ação sobre ele, dialeticamente ligado a outros momentos que compõem a vida social. Discurso, numa perspectiva mais concreta, designa maneiras particulares de representação do mundo, e texto, por sua vez, designa a materialização de discursos particulares em eventos particulares. De acordo com uma gradação entre aspectos relativamente mais fixos e mais mutáveis da sociedade, a linguagem está localizada no nível da estrutura social. O discurso, como representações particulares, localiza-se no nível conjuntural das práticas sociais, e o texto localiza-se no nível de eventos.
6. Coutinho (1996, p. 53-54) explica que Gramsci ampliou o conceito marxista de Estado, por meio da distinção entre duas esferas da superestrutura: a sociedade civil e a sociedade política. A última designa o conjunto de aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis, através dos quais a classe dominante mantém e exerce o monopólio legal ou da violência. Sociedade civil, por sua vez, designa o conjunto das instituições

responsáveis pela representação de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e difusão de valores simbólicos e de ideologias, que compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os meios de comunicação, as organizações profissionais, as instituições de caráter científico e artístico e outros.

7. “Por ‘formas simbólicas’, eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 2002, p. 79).
8. Giddens (1987, p. 282) explica que Foucault insere-se na tradição filosófica do pós-estruturalismo, que, embora tenha reagido contra algumas ênfases típicas do pensamento estruturalista, ainda assim aproveita certas idéias. A tese de que a lingüística estruturalista é de importância fundamental para a filosofia e a teoria social como um todo, a ênfase na natureza relacional das totalidades, a descentralização do sujeito, a preocupação com a escrita, o interesse no aspecto temporal como algo constitutivamente integrante da natureza dos objetos e eventos representam algumas características persistentes do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Giddens (2001, p. 102) reprovava esse tipo de abordagem, afirmando que a ciência social ortodoxa tratou a condição de sujeito como “resultado de causação estrutural ou limitação estrutural, como se derivasse diretamente de forças sociais [...]” e defende que “a teoria social deve recuperar a noção do agente humano conhecedor”.
9. Fairclough (2001) explica que intertextualidade é um termo que não aparece nos estudos de Bakhtin. Foi cunhado por Kristeva (1974): “Todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade” (KRISTEVA, 1974, p. 64).
10. Fairclough (2003b, p. 188) pontua que o discurso tem uma considerável importância na reestruturação do capitalismo e em sua reorganização em nova escala, uma vez que a economia baseada em informação e conhecimento implica uma economia baseada no discurso: o conhecimento é produzido, circula e é consumido em forma de discursos.
11. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 101) operacionalizam o conceito de campo, de Bourdieu: “uma rede de posições definidas por uma distribuição particular de capital que confere ao campo [do jornalismo, por exemplo] sua lógica prática específica”. O capital pode ser econômico, social ou cultural e é

passível de ser convertido em capital simbólico desde que seja reconhecido como tal e tenha os efeitos de formas de poder.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997[1953].
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002[1929].
- BELLIGNI, S. Hegemonia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de política*. v. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 579-581.
- BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *An invitation to reflexive sociology*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University Press, 1999.
- COUTINHO, C. N. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp; Boitempo, 1997.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003a.
- _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001[1992].
- _____. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Comp.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003b. p. 179-203.
- _____. *Language and power*. New York: Longman, 1989.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003[1971].
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

_____. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e trélicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

_____. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: _____. TURNER, J. (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1987. p. 281-392.

GRAMSCI, A. *A Gramsci reader: selected writings 1916-1935*. Edited by David Forgacs. London: Lawrence and Wishart, 1988.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 [1955].

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of a difference*. London: Blackwell, 1996.

KRISTEVA, J. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1946].

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: _____. MEYER, M. (Comp.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17-34.